

RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.400 - RJ (2018/0287553-8)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **SINDICATO DOS TRAB.EM EDUCACAO DA U.F.DO RIO DE JANEIRO**
ADVOGADOS : **ANDRÉ ANDRADE VIZ E OUTRO(S) - RJ057863**
 : **DIOGO DA SILVEIRA PEREIRA - RJ125239**
RECORRIDO : **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
INTERES. : **IWANOSKA MACIEL DE SA MENDES**
INTERES. : **YOLANDA TORRES DA ROCHA**
INTERES. : **DIRCE DE OLIVEIRA SANTOS**
INTERES. : **MARIA JULIA DE SA DE SOUSA**
INTERES. : **CLEA SOARES DA ROCHA**

DECISÃO

Trata-se de recurso manejado pelo **Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - SINTUFRJ** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 153):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INOBSERVÂNCIA DO TÍTULO JUDICIAL DEMONSTRADA. DECISÃO REFORMADA.

1. Agravo de instrumento contra a decisão que determinou a expedição de requisição de crédito dos honorários fixados no título judicial, tomando como base de cálculo o crédito de todos os exequentes, inclusive daqueles que haviam sido excluídos do feito. Além disso, em relação aos honorários arbitrados na referida execução, entendeu o Juiz a quo que o percentual de 5% (cinco por cento) deveria recair sobre o valor da execução e não sobre o valor da causa.

2. O título executivo judicial é originário da ação coletiva nº 01067410319974025101, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - SINTUFRJ, o qual condenou a UFRJ ao pagamento do reajuste de 28,86% aos servidores/substituídos, a partir de janeiro de 1993, bem como a pagar a verba honorária de 10%, sobre o valor da condenação, inexistindo controvérsia em relação a esse fato.

3. Ao determinar a incidência do percentual de honorários

sobre o valor da condenação, resta claro que tal crédito deverá ser aferido apenas em face daqueles credores que têm valores a receber. Entendimento contrário implica violação à coisa julgada, especialmente no caso em tela, onde os exequentes foram excluídos do feito em razão de óbito ocorrido antes da propositura da execução individual.

4. Em relação aos honorários arbitrados no percentual de 5%, no bojo da execução individual, a decisão proferida nos autos de origem é clara ao determinar que a base de cálculo seria o valor da causa, que no caso foi fixado no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais). As partes não se insurgiram em relação a essa decisão. O sistema processual civil brasileiro rege-se pelo princípio dispositivo, prestigiando, pois, a preclusão como instrumento que sedimenta a segurança jurídica, indispensável às relações sociais, bem como à relação processual. Quando a parte deixa de exercitar o seu direito de recorrer contra um ato que vá de encontro ao seu interesse, perde o poder de fazê-lo posteriormente. Portanto, operou-se a preclusão temporal.

5. Agravo de instrumento provido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 170/175).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 291, 292, 503 e 504 do CPC/2015. Sustenta, em resumo, que *"merece ser reformada a decisão pois tomar como correto o valor de R\$1.000,00 reais como o valor da causa, de um processo cujo o proveito econômico é de R\$166.606,95 afronta diretamente o instituto do VALOR DA CAUSA, previsto no art. 291 e 292 do CPC. Desta feita não há o que se falar em preclusão ou violação da coisa julgada quanto à readequação do valor da causa, uma vez que o §3º do art. 292 do CPC determina que o juiz corrigirá de ofício ou por arbitramento o valor da causa quando a mesma não estiver adequada ao real valor econômico da pretensão do autor."* (fl. 183)

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não merece prosperar.

Colhe-se da fundamentação do aresto hostilizado o seguinte excerto:

"Em relação aos honorários arbitrados no percentual de 5%, no bojo da execução individual, igualmente, assiste razão ao agravante, pois a decisão proferida nos autos de origem é clara ao determinar que a base de cálculo seria o valor da causa, que

no caso foi fixado no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Pelo que se extrai do Sistema de Consulta Processual (<http://procweb.jfrj.jus.briportal/consulta>), verifica-se que contra tal decisão as partes não se insurgiram.

O sistema processual civil brasileiro rege-se pelo princípio dispositivo, prestigiando, pois, a preclusão como instrumento que sedimenta a segurança jurídica, indispensável às relações sociais, bem como à relação processual.

Nesse contexto, quando a parte deixa de exercitar o seu direito de recorrer contra um ato que vá de encontro ao seu interesse, perde o poder de fazê-lo posteriormente. Portanto, operou-se a preclusão temporal."

Assim, não obstante tenha sido provocado em sede de embargos declaratórios, o Tribunal de origem não enfrentou a tese segundo a qual *"não há o que se falar em preclusão ou violação da coisa julgada quanto à readequação do valor da causa, uma vez que o §3º do art. 292 do CPC determina que o juiz corrigirá de ofício ou por arbitramento o valor da causa quando a mesma não estiver adequada ao real valor econômico da pretensão do autor"*

Nesse contexto, caberia à parte recorrente, nas razões do apelo especial, indicar ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando a existência de possível omissão, providência da qual não se desincumbiu. Incide, pois, o óbice da Súmula 211/STJ (*"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo."*).

Ressalta-se que esta Corte firmou a compreensão de que *"a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei"* (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

No mesmo sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. APLICABILIDADE. ART. 1.025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal a quo, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ.

III - O art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 prevê que esta Corte considere prequestionada determinada matéria apenas caso alegada e reconhecida a violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

IV - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Honorários recursais. Cabimento.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1682293/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 10/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE

SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1098633/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017)

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA

Relator